Poder Local X Poder Provincial: Os orçamentos do município de Campinas no espaço político da Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo (1835- 1870)

INSTITUTO DE ECONOMIA – IE – UNICAMP

Bolsista: Renato César Martins Pinto
Orientador: Hernani Maia da Costa
Agência financiadora: PIBIC/CNPq
Palavras-chave: Poder Local/Poder Provincial/Campinas/Orçamentos

Introdução

O objetivo desse estudo é compreender as disputas entre o poder local e o poder provincial, entre 1835 e 1870, no que tange a questão do orçamento municipal de Campinas. O momento estudado coincide com a transição da economia mercantil-escravista para a economia primário-exportadora capitalista no Oeste paulista onde a cidade de Campinas surgia como o centro principal; em linhas gerais, na passagem da economia açucareira para a cafeeira.

A Câmara Municipal, exercendo o poder local, ao legislar sobre tributos de modo a constituir recursos para atender as necessidades da municipalidade, entrava em choque com a Assembléia Legislativa Provincial, representante do poder provincial, revivendo o secular conflito entre localismo x centralismo.

Este estudo é importante para a compreensão das novas necessidades e mudanças que se processam em Campinas no século XIX, tornando-a um centro dinâmico do complexo cafeeiro paulista.

Método e Documentação: limites e possibilidades

Nossa pesquisa abrange um *corpus* documental inicial, representado pelos livros existentes no Arquivo Histórico da Câmara Municipal da Vila de São Carlos e Cidade de Campinas, hoje sob a guarda da Biblioteca da Câmara Municipal de Campinas. Foram compulsados, fotografados e parcialmente transcritos os Livros 47, 48, 49 e 50. O livro 47 amarra todos os orçamentos de 1833 até 1852. Embora nossa análise tenha como ponto de partida o ano de 1835, é apenas a partir de 1839 que as informações manuscritas apresentam-se mais legíveis. Já o livro 48 compreende os balanços trimestrais realizados entre o ano de 1853 e de 1861. O livro 49 mostra o resultado do balanço trimestral do ano de 1862 até 1868. Do livro 50 foram vistos apenas os dois primeiros anos, ou seja, 1869 e 1870.

Estes livros não apresentam informações elementares acerca de seu conteúdo e muitas de suas páginas estão ilegíveis. Sua conservação é precária, apesar de todo esforço, solicitude e colaboração dos funcionários Câmara Municipal de Campinas em conservá-los e cedê-los para esta pesquisa. Além disso, por razões da época em que foram produzidos, as informações e dados não seguem as normas vigentes já que existem diferentes formas de lançamento e diferentes nomes para a mesma forma de arrecadação ou dispêndio por parte da Câmara. Mesmo assim, compilamos e apresentamos uma série de peças orçamentárias, cujos intervalos serão de cinco, seis, quatro e três anos. Os intervalos diferentes justificam-se por serem exercícios que apresentam uma variação de valores significativos que não poderiam deixar de serem mencionados.

Os Anais da Assembléia Legislativa Provincial, existentes no Acervo Histórico da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, entre os anos de 1835 e 1870 também foram objeto de nossa pesquisa, em especial os volumes que apresentam ofícios recebidos e expedidos pela Comissão de Contas e Orçamentos das Câmaras Municipais do legislativo provincial, em melhores condições de manuseio pela sua conservação, do que os similares existentes no Arquivo da Câmara Municipal de Campinas.

Balanço Orçamentário da Câmara Municipal de Campinas no ano de 1839

Receita	RS	Despesas	RS
Renda do Estanco sobre Aguardente	400$000	Gratificações ao Fiscal	100$000
Idem Casinhas de Mantimentos	142$500	Idem ao Secretário	150$000
Idem sobre Cabeças de Reses	131$500	Idem ao Porteiro da Câmara	50$000
Rendimento sobre o Mercado	21$000	Idem ao Ajudante do Porteiro	16$000
Multas	30$000	Obras Públicas	1:041$697
Artigos das Posturas	307$880	Saldo a favor da Câmara (1839)	1:029$549
Saldo a favor da Câmara (1838)	1:162$908		
Total	**2:634$348**	**Total**	**2:634$348**

Tabela 1: Balanço Orçamentário da Câmara Municipal de Campinas no ano de 1839
Fonte: Livro 47 – Câmara Municipal de Campinas

Do lado da receita, podemos ver que o rendimento do município provinha do estanco sobre aguardente, de multas pelo não cumprimento de artigos das posturas, da tributação que recaiam sobre as casinhas de mantimentos e as cabeças de reses, as principais fontes de arrecadação do Poder Local. Já os gastos são basicamente em obras públicas – nas quais estão melhorias de infra-estrutura – e remuneração de funcionários

Balanço Orçamentário da Câmara Municipal de Campinas no ano de 1858

Receita	RS	Despesas	RS
Renda do Estanco sobre Aguardente	1:100$100	Gratificações ao Fiscal	280$000
Idem Casinhas de Mantimentos	654$000	Idem ao Secretário	300$000
Idem sobre Cabeças de Reses	1:241$970	Idem ao Porteiro da Câmara	100$00
Idem sobre Carros do Município e de fora	310$000	Idem ao Ajudante do Porteiro	50$000
Multas impostas pelo Juiz	464$350	Meias Curtas e Expediente do Júri	1:283$226
Multas por infrações das Posturas	637$000	Calçadas e Ruas	4:846$880
Novo Imposto de 6$400 rs	692$736	Construção de um Matadouro	1:050$000
Novas e Velhas Imposições	908$000	Saldo a favor da Câmara (1858)	3:357$780
Novíssimas Imposições	1:239$450		
Imposto sobre a Carne Verde	707$405		
Saldo a favor da Câmara (1857)	2:551$812		
Total	**12:242$616**	**Total**	**12:242$616**

Tabela 5: Balanço Orçamentário da Câmara Municipal de Campinas no ano de 1858
Livro 48 – Câmara Municipal de Campinas

Em 1858 ocorreu uma explosão do orçamento de Campinas. O balanço mostrou um total de 12:242$616 réis, quase que triplicando em três anos. Os salários dos funcionários aumentaram, assim como o pagamento de meias curtas e o expediente do júri. Os gastos em ruas e calçadas ocorreram no mesmo ritmo. Os tributos também aumentaram, além dos tradicionais rendimentos do estanco sobre aguardente, casinhas de mantimentos e cabeças de reses, o poder local impôs – pois fora transferido pelo poder provincial que o arrecadou até 1846 – um Novo Imposto de 6$400 réis sobre tavernas, armazéns e botequins, além do imposto sobre a carne verde, o que revela a modernização e normatização do abate para consumo, uma vez que a cidade passou a contar com um matadouro municipal. Algumas novas imposições também ajudaram a engordar a receita de Campinas. Inicia-se então um período áureo da economia campineira.

Balanço Orçamentário da Câmara Municipal de Campinas no ano de 1867

Receita	RS	Despesas	RS
Rendimento do Estanco sobre Aguardente	7:000$000	Gratificações ao Fiscal	650$000
Idem Casinhas de Mantimentos	1:453$000	Idem ao Secretário	650$000
Idem sobre Cabeças de Reses	1:500$000	Idem ao Porteiro da Câmara	300$000
Imposto sobre Fumo, Toicinho e Carne Seca	2:171$000	Idem ao Ajudante do Porteiro	100$000
Novas e Velhas Imposições	6:000$000	Expediente do Júri	800$000
Novo Imposto de 6$400 rs	1:000$000	Iluminação da Cadeia	500$000
Novo Imposto sobre Portas e Janelas	2:800$000	Pagamento de Meias Curtas	800$000
Imposto sobre a Carne Verde	4:500$000	Despesas Eventuais	1:800$000
Multas Diversas	1:500$000	Obras Públicas	27:014$000
Rendimento sobre o Mercado	3:500$000		
Total	**33:434$000**	**Total**	**33:434$000**

Tabela 7: Balanço Orçamentário da Câmara Municipal de Campinas no ano de 1867
Livro 49 – Câmara Municipal de Campinas

Essa última tabela apresenta outro grande crescimento do orçamento de Campinas. Podemos perceber um aumento em todos a contas, tanto da receita quanto da despesa. Merece destaque a grande quantia de dinheiro despendida em obras públicas, que é mais do que o triplo se comparado a 1862, o aumento dos valores dos impostos, principalmente o estanco sobre aguardente, imposto sobre o fumo, toicinho e carne seca, novas e velhas imposições e imposto sobre a carne verde. Por último, temos a criação de um novo imposto, e desta feita sobre janelas e portas, o que evidencia a importância da vida urbana.

Com isso, podemos concluir que Campinas cresceu e se transformou muito durante os 35 anos que vão de 1835 a 1870. Entre 1839 até 1867, o orçamento municipal teve aumento em mais de 16 vezes. Com destaque para 1858, ao que tudo o início do período áureo da economia campineira, devido principalmente a expansão do café na região.